



PRESSUPOSTOS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURAL DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

ASSUMPTIONS FOR A HISTORICAL-STRUCTURAL ANALYSIS ABOUT THE SOCIAL ISSUE IN BRAZIL

Cristiane Luiza Sabino de Souza*

 <https://orcid.org/0000-0002-6044-619X>

Helóisa Teles**

 <https://orcid.org/0000-0003-4373-797X>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar elementos para uma análise histórico-estrutural da formação social brasileira. Busca-se evidenciar os fundamentos constitutivos da acumulação do capital, no contexto do capitalismo dependente, e as contradições expressas na luta de classes, considerando seus *ritmos, formas, temporalidades* próprias e sua conexão com a totalidade da reprodução global do capital. A conexão supracitada é entendida como possível para se localizar as particularidades do que se apresenta como questão social e suas expressões. As reflexões se encontram alicerçadas no materialismo histórico-dialético e levam em conta os percursos teórico-metodológicos e ético-políticos que moveram o Serviço Social brasileiro para a constituição de novos sentidos e valores anticonservadores, materializados no atual Projeto Ético Político. As sínteses apresentadas resultam de estudos, questionamentos e reflexões coletivas, provocadas pela necessidade de superar as dificuldades no entendimento, tanto da essência dos processos, que o termo questão social pretende designar, quanto da sua apreensão como objeto de trabalho dos assistentes sociais. Sem o intento de trazer respostas prontas, o artigo apresenta uma perspectiva teórico-metodológica para o estudo histórico-estrutural dos fundamentos da questão social no Brasil. Para tanto, expõem-se como categorias teóricas: terra, trabalho, Estado, luta de classes, racismo estrutural e sexismo. Assim, essas categorias se constituem como chaves analíticas, conexas e imprescindíveis. O intuito é contribuir para a reivindicada superação do debate mais abstrato e conceitual, para decifrar a realidade concreta, nas suas complexas e particulares determinações, em relação a totalidade da reprodução global do capital.

PALAVRAS-CHAVE

Questão Social. Luta de Classes. Serviço Social. Formação sócio-histórica brasileira.

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. (UFSC, Florianópolis, Brasil). R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/nº, Trindade, Florianópolis (SC). CEP.: 88040-900. E-mail: crisabino1@gmail.com.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. (UFSC, Florianópolis, Brasil). R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/nº, Trindade, Florianópolis (SC). CEP.: 88040-900. E-mail: heloisateles@ufsc.br.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p44-61

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

ABSTRACT

This article aims to present some elements for a historical-structural analysis of the Brazilian social formation. It seeks to highlight the constitutive foundations of capital accumulation in the context of dependent capitalism and the contradictions expressed in the class struggle, considering its own pace, forms and temporalities and its connection with the totality of the global reproduction of capital. It is here that we understand it is possible to locate the particularities of what is presented as "social issue" and its expressions. The reflections are based on the historical-dialectical materialism and take into account the theoretical-methodological and ethical-political paths that have moved the Brazilian Social Work towards the constitution of new anti conservative directions and values, materialized in the current Ethical-Political Project. The syntheses presented are the result of studies, questionings, and collective reflections provoked by the need to overcome the difficulties in understanding both the essence of the processes that the term "social issue" intends to designate and its apprehension as an object of work for social workers. Without intending to bring ready-made answers, the article presents a theoretical-methodological perspective for the historical-structural study of the foundations of the social issue in Brazil. To this end, it exposes how theoretical categories such as land, labor, State, class struggle, as well structural racism and sexism are constituted as related and indispensable analytical keys. The purpose is to contribute to the required overcoming of the more abstract and conceptual debate, in order to decode the concrete reality, in its complex and particular determinations in relation to the totality of the global reproduction of capital.

KEYWORDS

"SOCIAL ISSUE". CLASS STRUGGLE. SOCIAL WORK. BRAZILIAN SOCIO-HISTORICAL FORMATION.

Submissão: 7/10/2021.

Aceito em: 1º/12/2021

INTRODUÇÃO

No âmbito do Serviço Social brasileiro, o conceito da questão social é utilizado para designar, na divisão sociotécnica do trabalho, a razão de ser da profissão. Ao mesmo tempo, é entendido como objeto de trabalho (IAMAMOTO, 2001; 2008). É um conceito que, em que pese as opções teórico-políticas da nossa categoria profissional, por ressignificá-lo a partir da perspectiva da teoria social crítica, ainda suscita muitas dúvidas por parte de estudantes, profissionais e mesmo entre pesquisadores. Dúvidas que emanam do seu histórico conservador, do caráter difuso que assume na produção da área e da incapacidade de designar, de maneira mais precisa, a realidade que busca sintetizar enquanto um conceito teórico.

Atentando para as contradições que perpassam o termo e sua incorporação pelo Serviço Social, Netto (2001; 2012) traz indicativos para entendermos as raízes dessa imprecisão. O autor retoma que a questão social é um termo que, desde a segunda metade do século XIX, foi apropriado pelas classes dominantes para naturalizar as contradições sociais da sociedade burguesa. No seio das suas elaborações, o conceito se estabeleceu como explicação - mistificadora - da particular contradição, que emana das relações sociais, dominadas pelo capital: a expansão da riqueza e da miséria, de maneira concomitante e inevitável, dada a estrutura desigual da sociedade capitalista.

Situar historicamente os projetos profissionais do serviço social, em particular no contexto do processo de "reconceituação", nas décadas de 1960-1970, com atenção aos embates políticos que circundam a elaboração, pela categoria, da sua intenção de ruptura com o conservadorismo, pode ser revelador das motivações políticas da definição do termo questão social, como central à explicação da profissão. De modo a explicitar as aproximações realizadas pela profissão, com tendências vinculadas ao campo marxista, bem como alianças políticas com diferentes setores progressistas. Nisso, salientamos que entender os porquês das escolhas políticas das/os sujeitos, que disputaram novos sentidos para a profissão e projetaram valores anticonservadores, como um projeto ético-político, é uma tarefa fundamental às novas gerações: para compreender as

disputas e contradições do processo, reconhecer as conquistas históricas, bem como identificar os avanços necessários à ampliação e ao fortalecimento desse projeto.

Apesar de importante, este não é o objeto deste artigo, o foco em questão é situar elementos para que seja possível entender as particularidades da dinâmica contraditória do capital, no Brasil. Faremos isso com o intuito de contribuir para a superação do debate da questão social, num nível mais abstrato e conceitual. Além disso, procuramos acenar para a urgência de desmistificar a realidade concreta, na qual nos inserimos tanto como classe trabalhadora quanto pela natureza da profissão, como sujeitos políticos que compõem a engrenagem dos mecanismos de dominação, instituídos pelas classes dominantes, por meio do Estado.

Nesse ínterim, buscamos adensar as reivindicações de vários dos nossos intelectuais em relação à necessidade de ultrapassar as explicações genéricas e conceituais sobre a questão social (SANTOS, 2008); bem como de se apropriar “[...] da história da realidade brasileira [e latino-americana], presente como condição de renovar e continuar assegurando a sua conciliação com a realidade social, condição para decifrar e recriar sua prática profissional, dando transparência para os elos que as articulam” (IAMAMOTO, 2008, p. 248). Ou de “[...] considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais [...]” (NETTO, 2001, p. 49) para caracterizar as expressões da questão social; bem como da necessidade de reconhecer suas as distintas expressões (PASTORINI, 2010).

Antes de avançarmos, cabe, ainda, uma reflexão sobre alguns elementos que, a nosso ver, explicam a dificuldade de elaboração sobre as manifestações particulares das contradições entre o capital e o trabalho, na América Latina e no Brasil, no contexto da elaboração crítica acerca da questão social, a qual direciona a nossa produção teórica, há, pelo menos, 20 anos (considerando as sínteses apresentadas na revista *Temporalis*, número 3, no ano de 2001).

Entendemos que situar historicamente a profissão, a formação profissional e a sua organização política, no bojo das contradições sociais, ajuda-nos a identificar as raízes das dificuldades. Sendo assim, há, pelo menos, três aspectos que precisam ser considerados:

- 1) a disputa pela direção teórico-metodológica e ético-política não pode ser concebida como um momento histórico engessado e entendido, apenas, no contexto do Movimento de Reconceituação. Devemos considerar que esse próprio Movimento é um contínuo ao longo da história da profissão, nos últimos mais de quarenta anos, nos quais o conservadorismo, como expressão das ideologias da classe dominante, dinamizado pelo neoliberalismo e sua ideologia pós-moderna, disputam tal direcionamento de maneira velada ou aberta;
- 2) a constituição do currículo de uma formação profissional, bem como a produção teórica que se elabora no âmbito da pesquisa acadêmica, atende a anseios e se dinamiza por processos que estão para além de si mesma. No Brasil, insere-se no bojo da universidade, historicamente dependente e mediadora da dominação ideológica imperialista; que se expressa numa educação superior de caráter privatista e subordinada à lógica da mercantilização. Desse modo, a dominação ideológica burguesa, a fragmentação dos saberes e seu esvaziamento, conformam a educação necessária ao capitalismo dependente e a correspondente superexploração da força de trabalho¹. Portanto, uma educação que

¹ “Nos marcos gerais da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. A

descarta amplamente a apreensão crítica da realidade e o atendimento das necessidades sociais das classes subalternas (FERNANDES, 1975; MARINI, 2011; MARINI; SPELLER, 1977). A formação em Serviço Social não está alheia a isso;

- 3) não resta dúvidas de que a aproximação com a teoria social crítica e com as elaborações marxianas possibilitaram um salto, em relação ao sentido crítico da profissão, nos últimos 40 anos. Entretanto, também é importante reconhecer que o marxismo não é um campo homogêneo. Ao contrário, há diversidade e disputas políticas internas, que são, de certa forma, o que o fazem se desenvolver (a isso se chama de pluralidade). Nesse sentido, situar historicamente quais “marxismos” ganham mais densidade no âmbito das elaborações teóricas das Ciências Sociais, como um todo, e do Serviço Social, em particular, e quais ficam fora ou às margens é um exercício necessário para compreendermos o acúmulo teórico-político, que ora se apresenta. Farias (2017) destaca que houve, na década de 1970, uma renovação conservadora do marxismo, em particular no Brasil, a qual faz uma importante autocrítica em relação a certo estruturalismo, amplamente difundido, e busca a superação do “marxismo sem Marx”. Contudo, o faz a partir do próprio espelho do eurocentrismo. Com isso, pouco se avança na apreensão das particularidades, mantendo, assim, as elaborações sobre a realidade em níveis de abstração geral que não podem explicitá-la no seu movimento concreto. Isto se expressa, por exemplo, no alheamento de reconhecidos intelectuais marxistas a elementos como gênero e raça, sem os quais torna-se impossível explicar a sociedade capitalista, em particular no Brasil. Dessa forma, evidenciam-se as disputas, no âmbito do próprio marxismo, pois, à margem dessa renovação conservadora, há distintos teóricos marxistas, com produções muito relevantes sobre a particularidade da América Latina, mas que são, ainda, desconhecidos ou pouco entendidos².

ELEMENTOS HISTÓRICO-ESTRUTURAIS PARA DECIFRAR OS FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Para entendermos a dinâmica da questão social, José Paulo Netto (2012) indica:

O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração. [...] Isto significa que o desafio teórico, acima salientado, envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e se tencionam na efetividade social. Em poucas palavras, a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais (NETTO, 2012 p. 48-49).

As indicações teórico-metodológicas, trazidas pelo autor, abrem possibilidades dialógicas de interpelá-las, conforme o sentido que é suscitado. Destarte, é preciso levar em conta as

superexploração do trabalho em que se funda o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes ao sistema – e, portanto, entre os interesses das classes por ele beneficiadas – e as necessidades mais básicas das grandes massas, que se manifestaram em suas reivindicações por trabalho e consumo. A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num pólo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com brutalidade [...]” (MARINI, 2011, p. 63).

² Desses, podemos destacar: José Carlos Mariátegui, os teóricos da chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD), Clóvis Moura, Jacob Gorender, Agustin Cueva, Eric Williams, Lélia Gonzalez, dentre outros, que são muito diversos entre si. Mas, aportam elementos fundamentais que precisam ser conjugados para uma maior apreensão da realidade.

complexas mediações que o capital impõe, através da realização da *lei geral da acumulação capitalista*. Dessa forma, é possível compreendermos outras expressões da questão social, além das já conhecidas. Com isso, é salutar a busca pelas suas expressões, centradas nas investigações sobre as particulares contradições entre o capital e o trabalho em cada formação social, subordinada à dinâmica do valor.

Em outras palavras, é necessário buscar, na realidade concreta, as *diferencialidades* que constituem singularidades face ao caráter universal do antagonismo entre as classes exploradas e as exploradoras. Essas *diferencialidades* definem elementos essenciais da relação de classes, a partir das estruturas particulares de formações sociais, historicamente determinadas (SOUZA, 2020). Para tanto, é preciso entendermos, como afirma Gorender (2016), que “[...] o particular não é um exemplo do geral, [...] e sim a existência do geral mais rica de determinações que o próprio geral” (GORENDER, 2016, p. 77).

Compreendemos que buscar as conexões histórico-estruturais das manifestações cotidianas das expressões da questão social é o que possibilita uma compreensão das mesmas para além da aparência e da fragmentação com que se apresentam no seu movimento concreto imediato. As elaborações clássicas sobre a questão social (NETTO, 2001; 2012; IAMAMOTO, 2001; YAZBEK, 2001, dentre outras) dão conta de explicitar a essência desse fenômeno numa dimensão mais generalista. Todavia, a apropriação da dinâmica particular dos seus elementos constitutivos requer entender o movimento das contradições sociais, a partir de cada território circunscrito nesse processo violento, destrutivo e brutal, que é a acumulação de capital.

Na dinâmica da acumulação primitiva, o papel e a função desempenhados pela América Latina, em diálogo com as elaborações de Augustin Cueva, Ruy Mauro Marini, Eric Williams, etc, é uma chave explicativa que ganhou mais espaço no debate da questão social nos últimos anos, com ênfase na contribuição que a pilhagem, o saqueio e a exploração dos povos originários e africanos escravizados deram ao processo, como alavanca à transição ao capitalismo, na Europa, e sua constituição subordinadora do resto do mundo. Explicita-se, por essa mediação, os processos de desacumulação, subordinação e dependência das economias latino-americanas ao imperialismo, a dinâmica constitutiva das nossas *veias abertas*, dentre os quais destacamos Lara e Maranhão (2019). Tais elaborações dão um salto, em relação às explicações mais generalistas sobre a questão social, possibilitando, assim, uma aproximação menos abstrata do seu movimento concreto.

O avanço da compreensão da realidade exige esmiuçar, ainda mais, a complexidade dos processos que a constituem. Isso posto, mostramos, a seguir, alguns elementos para realizar uma análise histórico-estrutural: do processo sob o qual a contradição entre capital e trabalho ganham dinamismo preponderante neste território.

De acordo com Mandel (1985), o desenvolvimento do capitalismo como modo de produção global só pode se dar de maneira desigual e combinada, assentada em relações econômicas e de poder, que estabelecem os mecanismos para a drenagem de riqueza das economias menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, em termos capitalistas; seja pela troca desigual entre as regiões, pelo sistema da dívida pública ou pela manutenção das regiões mais subdesenvolvidas como fornecedoras de força de trabalho barata. Neste ínterim, questiona-se: Qual é a relação desse processo com as formas particulares da luta de classes na América Latina? Quais são os elementos mais relevantes dessa processualidade histórica para a compreensão das manifestações contraditórias, apresentadas como expressões da questão social? Qual a relação entre a estrutura social que se forjou, ao longo dos últimos 500 anos, e as manifestações atuais

cada vez mais profundas da violência, da miséria e da opressão, desigualmente incidentes entre os sujeitos sociais, a partir da complexificação das relações marcadas pelo patriarcado e pelo racismo?

Tendo em vista os elementos comuns que estruturam a formação social latino-americana, a fim de dar ênfase às singularidades, dados os limites deste artigo, focaremos na dinâmica concreta da realidade brasileira, posto que a multiplicidade de processos que constituem as relações capitalistas, no interior de cada nação, ganha contornos próprios, os quais devem ser analisados, quando se busca explicitar tais processos³.

Para a análise da realidade brasileira, coloca-se como premissa o reconhecimento dos elementos histórico-estruturais que a constituem. Para tanto, as categorias *sócio-histórica* e *modo de produção* possibilitam, no bojo do método crítico dialético, sínteses explicativas fundamentais. Através delas, a categoria *transição* expressa o movimento contraditório das rupturas e das continuidades que dinamizam o processo histórico como síntese de múltiplas determinações. Assim, metodologicamente e na tentativa de apresentar uma síntese, destacamos três momentos históricos conexos, que parecem fecundos dessas determinações. Os conceitos terra e trabalho são base de todo o processo de produção da riqueza material e da sociedade humana, conforme salientou Marx (2013). Dessa forma, é central evidenciar a constituição histórica dos antagonismos entre terra e trabalho pela mediação de formas de exploração e dominação, que se transformam e se diferenciam. Todavia, guardam laços genéticos, por se assentarem nos antagonismos fundantes da nossa formação social, após 1500:

- 1) A invasão colonial e a subordinação da terra, do território e do trabalho ao *sentido* da colonização. Neste, demarca-se: a) a propriedade privada, como forma particular da terra e da riqueza, e a exploração e a reificação, como forma particular do trabalho e da condição de existência dos trabalhadores, a partir da destruição ou subordinação dos seus sentidos originários; b) a imposição, concomitante e mediada pela extrema violência, da condição de mercadoria (escravo) e do produtor de mercadorias aos indivíduos africanos e indígenas, num processo vinculado ao capital comercial em expansão global; c) a forma e o conteúdo próprio da luta de classes entre exploradores e explorados ou proprietários de escravos e escravizados, luta que revela tanto a disputa pela liberação do indivíduo humano da condição de *coisa* quanto a luta pela terra e pelo território, imprescindíveis para a sobrevivência e a constituição de outras relações sociais contra a exploração e a dominação escravistas; d) erige-se, neste processo, e em resposta a sua constituição, a estrutura do poder organizado pelo Estado, primeiro colonial, internalizado ao mando da Metrópole e, após a Independência (1822), como Estado imperial e escravista – em ambos os momentos, é a organização do poder contra o escravo e, para a sua subordinação, a função fundamental da concentração do poder político; e) a emergência dos mecanismos de dominação ideológica no seio das contradições inerentes à exploração escravista, a partir dos quais a invenção da raça e a hierarquização dos sujeitos sociais correspondem à estrutura, radicalmente desigual da sociedade, que tinha como base o escravismo colonial a elaboração ideológica da luta de classes, neste período, passou, necessariamente, pela criação e disseminação, por parte das classes dominantes, através dos seus aparelhos ideológicos de poder, de uma ideia de raça, atrelada à teologia cristã, propagando como justificativa da

³ Bambilra (2019), em seu livro *O capitalismo dependente latino-americano*, apresenta uma contribuição metodológica para a apreensão dessas diferencialidades no âmbito das economias latino-americanas.

escravidão a inferioridade e a barbarização dos sujeitos racializados como *negros* ou *índios*).

- 2) A transição do modo de produção escravista colonial para o capitalismo dependente. Moura (2014) denomina de *escravismo tardio* (1850 a 1888), demarca-se: a) as transformações na organização da produção, que deram as bases para o domínio do capital sobre o conjunto das relações sociais no Brasil, num processo complexo de ruptura que, ao mesmo tempo, instituiu a manutenção das bases fundamentais à produção da riqueza nos moldes capitalistas; b) as transformações que instituem, no contexto da Independência formal, as bases da dependência estrutural da nossa economia, calcada na economia escravista, subordinada aos interesses externos e base para a expansão do capital, tendo o recente Estado nacional como garantidor fundamental da subordinação econômica ao capital estrangeiro; c) o caráter agrário-exportador da inserção da nossa economia na divisão internacional do trabalho e se criam as correspondentes condições da sua existência: a ratificação da propriedade privada mercantil da terra (Lei da Terra, de 1850) e a elaboração de um complexo processo de criação de força de trabalho livre, destituída de propriedade de qualquer riqueza e da terra; d) a elaboração de mecanismos ideológicos de dominação compatíveis com as novas formas de organização do trabalho e da exploração, para tanto, o racismo, com a construção da inferioridade do negro e do indígena, e da superioridade do branco foi reelaborado no marco da pseudocientificidade, como mediação fundamental das relações contraditórias, criadas na base do capitalismo dependente⁴.
- 3) O comando do capital sobre as relações sociais nos marcos da dependência e da subordinação imperialista. Neste, demarcam-se: a) a consolidação das relações sociais, assentadas no trabalho livre, sob o jugo do capital, e a constituição de novas mediações que particularizam a dinâmica produtiva, a constituição do Estado e a própria luta de classes; b) a afirmação do subdesenvolvimento como forma possível de desenvolvimento capitalista, definido pela condição de inserção na divisão internacional do trabalho, a partir de um momento histórico, no qual o próprio desenvolvimento capitalista nos centros alcançava dimensões monopolistas⁵; c) a manutenção e alargamento da estrutura desigual - propriedade monopolista e privada da terra -, que deu base à criação da massa de despossuídos, necessária à efetivação do tipo de exploração, imposta pela condição dependente (nos termos de Marini (2011), à superexploração); d) a redefinição de um padrão de dominação correspondente à superexploração, portanto, a criação de uma superestrutura compatível que se manifesta a partir do monopólio do poder político, sob o qual se reorganizam os mecanismos de dominação racistas e patriarcais.

⁴ Partindo da Teoria Marxista da Dependência como referência, compreendemos as particularidades do desenvolvimento capitalista latino-americano, tomando a categoria *dependência* para explicitar as particularidades da produção do capital neste território. Tal categoria só pode ser compreendida: 1) a partir da explicitação das relações contraditórias que a sustentam estruturalmente; 2) na sua relação dialética com a totalidade das relações capitalistas sob a égide imperialista. A partir da apreensão da dinâmica constitutiva da dependência e dos seus elementos estruturantes, bem como das relações sociais que a reproduz no *palco do capital*, podemos compreender o conteúdo passado-presente da luta de classes na América Latina e, assim, compreendermos as particularidades da chamada “questão social” na região.

⁵ Demarcadas pelas disputas entre as economias centrais e pela redefinição da própria estrutura de poder entre elas, firmando-se o caráter imperialista e a correspondente necessidade de dominação das economias periféricas (antes coloniais), bem como a imposição do neocolonialismo. Portanto, a ratificação da drenagem das riquezas e a subordinação das nações latino-americanas aos ditames externos.

No bojo desse processo histórico, conforma-se a estrutura das relações sociais, no Brasil, sujeita-se, assim, as tendências mais dinâmicas, em relação dialética com a emergência e o desenvolvimento capitalista global. Neste processo, torna-se preponderante tanto a subordinação ao movimento do capital, dinamizado externamente, quanto a instituição dos sustentáculos internos desse processo: a propriedade privada monopolista da terra; a superexploração da força de trabalho; a consolidação do racismo como os mecanismos de dominação ideológica mais duradouro da nossa sociedade. Neste ínterim, a questão agrária e a questão racial se tornam latentes e insuperáveis do bojo das relações sociais estabelecidas. A partir dessas configurações, dinamiza-se o capitalismo dependente, constituindo-se mediações particulares à luta de classes. Portanto, a definição da forma e do conteúdo dos antagonismos, apresentam-se como questão social neste território.

A DINÂMICA DOS ANTAGONISMOS ENTRE CAPITAL E TRABALHO NO BRASIL

É típico da sociedade capitalista a expulsão de parte dos trabalhadores da participação na criação. Sobretudo, na apropriação da riqueza produzida, conforme demonstrado por Marx (2013) e toda a tradição marxista. Essa é a gênese da questão social, reconhecida pelo debate clássico no âmbito do Serviço Social brasileiro, como apontado acima.

Neste contexto, é necessário evidenciar as particularidades desse processo no capitalismo dependente, sob o qual tal característica assume contornos, ainda mais, profundos, fazendo emergir contradições suplementares à dinâmica geral da acumulação do capital.

Para avançarmos no debate proposto, demarcamos que, para compreendermos a dinâmica particular da *lei geral da acumulação capitalista*, no Brasil, e, portanto, as particularidades da questão social, é imprescindível que se coloque no campo de análise a constituição das relações sociais, comandadas diretamente pelo capital. Sendo assim, ao colocarmos em perspectiva a própria história do trabalho e da luta de classes, significa alcançarmos uma mediação fundamental à explicitação da realidade. Moura (2014; 2021) reivindicou essa história, face às falsificações feitas pela historiografia dominante. Segundo o pesquisador, ela ainda precisa ser escrita/contada para, assim, evidenciar o seu percurso, sua complexidade e multiplicidade de formas e de conteúdo.

Cumpramos reconhecer que é a práxis negra e indígena, na luta contra a estrutura exploradora e violenta do escravismo colonial, o marco inaugural da luta de classes no Brasil. Dessa forma, expressa o passado das resistências ao modo de produção escravista. Entendemos que a forma específica da luta correspondeu às contradições do modo de produção, superado pelo capitalismo dependente. Entretanto, não podemos desconsiderar que dela emergem contradições que são reelaboradas no marco das relações comandadas pelo capital, isso porque a estrutura social do capitalismo dependente se deu pela recriação das condições fundadas pelo modo de produção que o antecedeu: a propriedade privada monopolista da terra, o sentido agrário-exportador da produção da riqueza e a definição racializada dos despossuídos e expropriados, que determinou a negros e a indígenas a condição majoritária de sem terras, sem tetos, sem emprego e sem direitos.

No bojo dessas configurações históricas, o mercado de trabalho *livre*, nascente após quase quatro séculos de trabalho escravo, estrutura-se condenado a jamais poder incorporar grande

parte dos homens e das mulheres nos processos produtivos, cuja memória-história é a da expropriação e exploração desde o escravismo colonial.

Expropriados de qualquer meio de sobrevivência, e, até mesmo, do reconhecimento da sua condição de humanidade, seguiu-se a negação sob a sociedade de trabalho *livre*, de maneira aberta ou velada. Homens e mulheres que encontrarão, no mercado de trabalho *livre*, muito pouco espaço para a sua inserção como trabalhadores, ou seja, como partícipes, reconhecidos desta sociedade que passa a ser baseada na venda da força de trabalho, como mediação para a sobrevivência e a constituição da cidadania. Moura (2021) salienta que passam do *bom escravo a mau cidadão*. Sendo a cidadania, na sociedade burguesa, expressão da mercantilização das relações sociais.

Reconhecer a história da classe trabalhadora perpassa, portanto, por entender os processos econômicos e políticos que a constitui. A enorme oferta de força de trabalho é a tônica do desenvolvimento dependente e expressa as possibilidades da superexploração. Esta é a condição que demarca o curso da história do trabalho e da classe trabalhadora no pós-abolição: a criação de uma imensa *franja marginal*⁶ de trabalhadores, muito além de um exército industrial de reserva, a qual jamais pode ser incorporada à dinâmica econômica, restritiva do capitalismo dependente. Numa análise dialética, o que cumpre evidenciar é que, estar à margem dos processos produtivos, não significa não exercer sobre ele nenhuma determinação. Ao contrário, a marginalização racializada passa a ser um mecanismo fundamental à extração da mais-valia e, por isso, é necessário entender o racismo estrutural⁷ como chave explicativa das contradições entre capital e trabalho no Brasil (MOURA, 2021; SOUZA, 2020).

A oferta de força de trabalho, muito acima das necessidades do restringido mercado de trabalho, sob a dependência, impõe a criação de mecanismos para a organização da força de trabalho, perante as necessidades do capital, demanda-se, com isso: a elaboração de mecanismos ideológicos hierarquizadores, os quais passam a justificar as decisões políticas do próprio Estado.

O Estado pós-abolição não criou alternativas de sobrevivência e inserção da maioria negra no mercado de trabalho, no acesso à terra e a direitos básicos. Ao contrário, criou barreiras e mecanismos de repressão, criminalização e políticas de eliminação.

⁶ Franja marginal é um conceito presente na obra de Moura (2014; 2021) e que nos parece relevante para explicar a constituição de formas particulares da superpopulação relativa, inerente ao capitalismo, na realidade brasileira. Essa antecede na própria conformação do trabalho livre, como forma preponderante de relações de trabalho, no Brasil, sendo que antes do fim da escravidão o volume de trabalhadores fora dos processos produtivos já era superior à soma dos escravizados e trabalhadores livres empregados. Assim, a formação dessa franja marginal se constitui de maneira esmagadora pelos (as) trabalhadores (as) negros (as), os quais deixam de ocupar o centro da atividade produtiva que lhes fora imposto pela escravidão e passam a ocupar as margens da produção. Portanto, da participação na sociedade regida pela forma mercadoria. Os mecanismos de barragem, conduzidos pelo Estado, principalmente a partir da Lei da Terra e da política imigrantista, são fundamentais na definição desse processo (MOURA, 2014; 2021).

⁷ Compreender o racismo requer entendê-lo como determinado socialmente e determinante das relações sociais; requer ir além das suas manifestações individuais e institucionais, pois indivíduos e instituições, ao estarem inseridos numa sociedade racista, são forçados pelo racismo e o reproduzem, mas a gênese dele, as suas raízes profundas, está na totalidade das relações sociais de produção que estruturam esta sociedade. O racismo está arraigado na propriedade privada da terra e dos meios de produção, na lógica mercantil da produção do valor-mercadoria e toda a exploração, dominação e violência que essa requer. É nisso que se constitui a ideologia da hierarquia racial, a definição dos lugares sociais que podem ocupar, na estrutura de poder, os sujeitos cuja humanidade é rebaixada pela racialização (negros, indígenas), ou cuja humanidade é elevada e definida como superior (brancos/europeus) (SOUZA, 2020; ALMEIDA, 2019).

Na apreensão da história do trabalho e da classe trabalhadora, no pós-abolição, é fundamental que se atente para a parcela negra da classe trabalhadora, que, embora majoritária, será a mais imobilizada no restrito mercado de trabalho livre, principalmente nas regiões em que o desenvolvimento capitalista assumiu maior dinamismo. Nestas, teve como contraface a primazia da inserção do imigrante europeu, introduzido, a partir de uma perspectiva política racista e eugênica, que objetivava eliminar a *mancha negra* e branquear a Nação (MOURA, 1994; SCHWARTZ, 1993).

As contradições do racismo só podem ser entendidas se pautadas a partir da construção social da branquitude (BENTO, 2002), como uma ideologia que alude os benefícios materiais ou simbólicos, criados pela estrutura do capital para a parcela branca da sociedade, como afirma Gonzalez (1981). Essa mediação expressa os desdobramentos da ativação do preconceito de cor como uma das expressões do racismo na mediação das contradições de classe no capitalismo dependente⁸.

A relação dialética estrutura-conjuntura: mediações para a análise das contradições sociais do capitalismo dependente na atualidade

Ao entendermos o caráter geral da sociedade regida pelo capital e pelos elementos fundantes da sua constituição histórica particular, no Brasil, abrimos a possibilidade da construção de mediações que permitam a desmistificação do concreto imediato, superando a forma refratária com que se apresenta. Este processo teórico-político é o pressuposto para uma práxis profissional que possa confrontar o *status quo*, acenando para a necessidade de transformação e de construção política e coletiva da emancipação humana.

Os fundamentos desiguais da sociedade capitalista, na realidade social contemporânea, movimentam-se em vários sentidos, constitui-se, assim, uma complexidade que certamente não pode ser esgotada pelas elaborações de um artigo, posto que a realidade é sempre muito mais rica de determinações. A título de sínteses (sempre provisórias), destacamos, a seguir, algumas categorias explicativas que parecem importantes na análise da dialética estrutura-conjuntura (sempre buscamos captar a mediação da particularidade e da totalidade das relações sociais, sob as quais se funda a questão social).

Terra e trabalho: como acenamos acima, na história do Brasil, sob os marcos do escravismo colonial e do capitalismo dependente, estabeleceu-se a propriedade privada monopolista da terra e a superexploração da força de trabalho como estrutura, numa dinâmica que se acentuou ao longo do tempo e expressa-se na contemporaneidade e na brutalidade da extração de valor nesses trópicos. As contradições emergentes se apresentam: no alargamento do desemprego estrutural; nas precárias condições de trabalho; na destruição da natureza; nos níveis alarmantes de violência; na fome; na insegurança alimentar; etc.

⁸ Conforme apontado em Souza (2021), a mistificação das relações sociais desiguais, com base nas diferenças étnico-raciais, não são uma exclusividade do capitalismo dependente latino-americano, tampouco escaparam às análises de Marx, que apontou como o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores irlandeses, frente aos ingleses, estava atrelado a um processo de rebaixamento moral dos primeiros e exercia um papel fundamental na conformação das subjetividades de ambos, facilitando o seu processo de dominação e exploração e a fragmentação das suas lutas. O que cumpre salientar é que a noção de raça na dinâmica social latino-americana não é conjuntural ou extemporânea. O racismo é o cerne da dominação fundada desde a colonização e reelaborada sob o capitalismo dependente, parte da estrutura necessária à exploração do trabalho (escravo ou livre). Dessa forma, o que o particulariza é a sua preponderância nas relações sociais e os mecanismos de poder por ele mediados.

Os dados sobre a realidade em cada conjuntura, acentuados pela crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009), e a radicalidade da rapina, conduzida pela lógica financeirizante e especulativa do capital transnacionalizado e sua política imperialista e supranacional (HARVEY, 2004), expressam o aprofundamento da dependência e da subordinação da terra e do trabalho à dinâmica da acumulação. Os dados atuais sobre o desemprego, por exemplo, só revelam a sua complexidade sob o padrão de reprodução do capital no país (OSÓRIO, 2012), se dotados de historicidade. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE (2021), aponta que, durante o primeiro trimestre de 2021, houve cerca de 91,2 milhões de brasileiros nas condições de desocupados e fora da força de trabalho⁹. Em contrapartida, nesse mesmo período, foram registrados 85,6 milhões de brasileiros ocupados.

A mediação do racismo estrutural é fundamental, pois se constitui como um organizador necessário para as relações desiguais. Além disso, naturaliza a brutalidade da sociedade burguesa como normalidade, sendo o fornecedor das justificativas ideológicas necessárias à subordinação da classe trabalhadora, hierarquizando-a a partir do preconceito territorial e de cor. O sexismo também é produto da reelaboração das relações patriarcais, sob o capitalismo (GONZALEZ, 1984; CISNE; SANTOS, 2018), constitui-se como engrenagem fundamental para a organização da desigualdade, fundada pela propriedade privada da terra e da superexploração da força de trabalho. Com isso, revelamos as conexões histórico-estruturais da opressão e da dominação de raça e gênero/sexo.

Na atual conjuntura, o apontado anteriormente se expressa, por exemplo, na situação de trabalho e de renda, verificamos que: do total de desempregados, a população negra representa 64,2% do total de desocupados e 66,1% do total de subutilizados (PNAD/IBGE, 2021). Além disso, 15% dos negros que estavam empregados, no primeiro semestre de 2020, perderam o emprego. Para os trabalhadores brancos, o percentual foi de 10%. Ademais, o número de trabalhadores negros em ocupações informais era de 47,3% enquanto o de brancos era de 34,6%.

Em relação ao rendimento médio, pessoas brancas ocupadas tiveram salário 73,9% superior ao da população negra (R\$ 2.796 contra R\$ 1.608). Entre os trabalhadores com nível superior completo, brancos ganhavam, por hora, 45% a mais que os negros. Quanto à distribuição de renda, os negros representavam 75,2% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos e, apenas, 27,7% dos 10% da população com os maiores rendimentos. Conforme o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FRENTE NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, 2021), dos 38 milhões de crianças e de adolescentes de 5 a 17 anos, no país, cerca de 1,8 milhão se encontravam em situação de trabalho infantil, dessas, 66,1% eram negras.

Podemos ainda destacar a fome, presença constante no nosso país, de forma endêmica ou epidêmica, conforme apontou Josué de Castro, que se aprofundou no contexto da pandemia do Covid-19. Conforme dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN, 2021), a situação de insegurança alimentar passou de 84,9 milhões de pessoas em 2017-2018 para 116,8 milhões em 2020. Durante o ano de 2020, 19,1 milhões passaram fome e 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente. Quando considerada a especificidade de raça e gênero, observa-se que, durante a

⁹ Nos termos marxistas, a categoria fora da força de trabalho é entendida como superpopulação relativa, subdividindo-se em: latente, estagnada e lumpemproletariado.

pandemia, 11,1% das famílias chefiadas por mulheres passaram fome, contra 7,7% daquelas chefiadas por homens. Ainda, 10,7% das famílias chefiadas por mulheres negras passaram fome, em relação aos 7,5% de famílias chefiadas por mulheres brancas (PENSSAN, 2021).

Para dar conta da análise, é necessário entendermos o Estado e a luta de classes como conjunto categorial, de modo a avançar para a compreensão da questão social para além da sua expressão como pauperização, como incita Netto (2012). Nesse sentido, é crucial que se coloque, no campo de análise, a dinâmica da luta de classes, pois ela se manifesta na disputa pela direção societária, pela apropriação da mais valia, na qual a reivindicação, em qualquer nível, por parte daqueles que vivem do trabalho, é vista como ameaça às classes dominantes e, portanto, é enfrentada por meio do controle e da repressão, típico da sociedade capitalista e que implica na eliminação das ameaças à reprodução do capital: despossuídos e desempregados, sem terras, sem teto, sem direitos.

Na presente conjuntura, as tendências de redimensionamento do Estado, sob os desmandos neoliberais, assinalados por Netto (2012), são manifestadas na ideologia da redução do Estado e dos *ajustes*, que direcionam a intervenção aos limites macroeconômicos, impondo o mínimo para o social (classe trabalhadora) e o máximo para o capital. Tal conjuntura reitera e aprofunda o caráter do Estado no capitalismo dependente (OSÓRIO, 2014). Assim, a análise da intervenção do Estado na questão social, seja por ação ou aparente omissão, evidencia:

a) por um lado, a histórica ausência de mecanismos amplos de proteção social, posto que, como argumentam Osório (2014), Paiva *et al.* (2010) e Paiva e Ouriques (2006), o Estado dependente não precisa assumir, de maneira ampla, os ônus da reprodução da força de trabalho para o capital, tampouco constituir qualquer sentido de proteção social universal. No Brasil, a regra, em que pese uma conjuntura em que houve certos direitos, que, no contexto atual, também passaram a ser destruídos, é a desproteção da maioria: a informalidade do trabalho, o não acesso à previdência, à educação, à saúde, à habitação, à mobilidade urbana, à segurança, à cultura etc. Para reificar o afirmado, basta buscarmos e analisarmos os dados históricos sobre cada um desses aspectos.

b) Por outro lado, e de maneira convergente, a violência direta do Estado genocida e seu sistema policial-jurídico-penal, que se estrutura historicamente para controlar os sujeitos entendidos como os inimigos da Nação. Expressa-se, assim, a justificativa por uma construção ideológica forjada desde o escravismo colonial e que, ao longo do desenvolvimento capitalista, reconfigura-se sem jamais perder a sua essência. A predominância da violência e da repressão como mediação fundamental do Estado brasileiro, na luta de classes, é observada, na atualidade, como forma que guarda correlatos históricos e evidenciam o *modus operandi* da intervenção do Estado na questão social. Nisso a criminalização, o controle e a repressão da maioria negra e indígena dos brasileiros, com a naturalização das vidas, que devem ser preservadas, e das que podem ser eliminadas conformam a base da atuação das instituições do Estado.

Um exemplo do apontado anteriormente é a chamada *guerra às drogas*, amparada pela Lei nº 11.343/06. Pelos dados observa-se que constitui-se, na verdade, uma guerra aos negros e aos pobres: os dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), mostram que o Brasil apresenta a terceira maior população carcerária do mundo, contando com 759.518 presidiários. Este número aumentou cerca de 700% nos últimos 20 anos. Entre os encarcerados, mais de 65% são negros e mais de 32% foram presos por crimes relacionados às drogas. O Anuário de

Segurança Pública de 2021 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021), indica que a principal faixa etária nas prisões é a de 18 a 24 anos (26% do total). Em seguida, aparecem os presos de 25 a 29 anos (24%). Sendo assim, é a juventude, majoritariamente negra, constitutiva da franja marginal do mercado de trabalho, sem possibilidade de emprego formal ou legal, àquela que é colocada sob o controle direto das violências institucionais.

Ainda em relação às ações ou omissões do Estado, podemos destacar os enormes índices de violência, presentes no nosso cotidiano. Conforme o Anuário de Segurança Pública, de 2021 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021), morrem, no Brasil, cerca de 1 pessoa a cada 10 minutos, vítima de assassinato. A taxa de mortes violentas intencionais, no Brasil, foi de 23,6 por 100 mil habitantes, em 2020. Destas, 74,4% são pessoas negras. Em relação à violência contra a mulher, os dados do Anuário de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021) apontam que, em 2020, o país teve 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídios, média de 34,5% do total de assassinatos. Entre as vítimas de feminicídio, no último ano, 61,8% eram negras, 36,5% brancas, 0,9% amarelas e 0,9% indígenas. Entre as vítimas dos demais homicídios femininos, 71% eram negras, 28% eram brancas, 0,2% indígenas e 0,8% amarelas.

A violência ligada à questão da terra adensa, ainda mais, as expressões da barbárie. A política do agronegócio e dos megaprojetos energéticos e de mineração, bem como a especulação imobiliária urbana impõem controle do território, o seu esvaziamento e a mobilidade forçada dos indivíduos com um dinamismo, cada vez mais, brutal. Assim, a luta pela terra é atravessada por crescentes níveis de violência, tais como: expropriação e a expulsão indígena e quilombola; despejos e remoções urbanas.

Os dados sobre as mortes decorrentes de conflitos no campo, registrados pela Pastoral da Terra (COMISSÃO DE PASTORAL DA TERRA, 2021) registraram 1.576 ocorrências de conflitos por terra, em 2020, no Brasil¹⁰. Esses conflitos envolveram 171.625 famílias. Os dados são, ainda, mais assustadores, quando analisados apenas os números referentes aos povos indígenas, no Brasil, nesse tipo de conflito: 656 ocorrências (41,6% do total), com 96.931 famílias (56,5%)¹¹.

No escopo das violências contra os povos indígenas, a tentativa de aprovação do chamado Marco Temporal, que pode resultar na mais absoluta negação do direito à terra e à condições de vida, demonstra como o Estado, por meio das suas instituições, atua contra esses sujeitos e a favor das classes dominantes, latifundiárias e do agronegócio.

Aportar dados empíricos à análise e mostrar as diferenciações a partir das mediações de raça e/ou gênero não tem um objetivo comparacionista ou de métrica dos miseráveis, antes, são esses dados que, analisados numa perspectiva histórica e dialética, expressam a complexidade do real, seu movimento concreto e as múltiplas determinações que o constitui. A partir das mediações propostas, os dados analisados, longe de serem apenas conjunturais, revelam a

¹⁰ Esse dado é o maior número registrado desde 1985, quando o relatório começou a ser publicado, 25% superior a 2019 e 57,6%, em 2018. Além disso, vale ressaltar que somente entram no referido estudo os casos documentados, sendo que se sabe da subnotificação desses registros derivado, principalmente, dos obstáculos impostos pelos violadores.

¹¹ A pesquisa também aponta os principais responsáveis pela violência, aparecendo em primeiro lugar os fazendeiros, com 34,87% das ocorrências, seguidos de empresários nacionais e internacionais (21,52%), e Poder Público, incluindo Governo Federal, Estadual e Municipal, representando juntos 13,75% do total.

dinâmica das relações sociais sob o capitalismo dependente. Portanto, as expressões da questão social, em relação dialética com a estrutura dessa sociedade.

Pelo exposto, buscamos apresentar a proposta teórico-metodológica na análise da realidade concreta, com o intento de ratificar a compreensão das categorias fundamentais para o deciframento dos fundamentos da questão social no Brasil. Destaca-se que considerar os elementos estruturais da superexploração e da dominação, conformados ao longo da nossa formação sócio-histórica, requer tanto a atenção ao desenvolvimento desigual e combinado do capital global quanto às particulares contradições, constitutivas da sua reprodução neste território.

Dessa forma, entender a história do trabalho subordinado à *lei do valor* requer considerar sua divisão social, sexual e racial, a qual: por um lado, determina o potencial de extração de mais-valia; por outro lado, desdobra-se em contradições que se apresentam no cotidiano e no nível da *aparência*, como processos desvinculados da estrutura produtiva. Neste ínterim, as desigualdades são mistificadas e naturalizadas, o que expressa a complexidade do processo, em tela, e o próprio movimento das classes detentoras do poder econômico e político na elaboração dos seus mecanismos de dominação.

A perspectiva apresentada depreende que captar os fundamentos da questão social, neste território, requer investigar e decifrar a dinâmica radicalizada da lei geral da acumulação capitalista, nos seus ritmos, formas e temporalidades próprios, mediados pela condição dependente e subordinada da economia e todos os desdobramentos internos dessa condição.

Com isso, é necessária a explicitação dos sustentáculos desse processo, os quais se assentam: na propriedade privada da terra e suas manifestações na luta pela terra, no campo e na cidade; na constituição de uma enorme massa de despossuídos que viabiliza a superexploração da força de trabalho; na elaboração do racismo e do sexismo como mediações primordiais à dominação necessária à superexploração da força de trabalho; na constituição de um Estado, correspondente à dinâmica dependente, que acentua a sua atuação na garantia da reprodução do capital e apresenta como principal mediação, na luta de classes, a repressão e a violência exacerbadas.

Por fim, reiteramos que os elementos devem ser analisados de maneira dialética, como determinações fundantes da totalidade concreta na sociedade brasileira. Para a nossa sorte, são muitas as elaborações que, às margens do academicismo, do liberalismo pós-moderno e da hegemonia do pensamento da esquerda, podem ajudar a situar a complexidade do problema teórico e político em questão. Mas essa, evidentemente, só pode ser uma tarefa coletiva, que deve formar parte de qualquer projeto teórico e político sério e com horizonte transformador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Letramento, 2019.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano.** 4. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2019.

BENTO, M. Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude No Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

BRASIL. **DEPEN** - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasília (DF), 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/depen-lanca-dados-do-sisdepen-do-primeiro-semester-de-2020>. Acesso em: 21 dez. 2021.

CISNE, M; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COMISSÃO DE PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil: 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FARIAS, M. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. : Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais. **SER Social**, Brasília (DF), v. 19, n. 41, jul./dez.2017.

FERNANDES, F. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **O trabalho infantil no Brasil: uma análise dos microdados da PnadC 2019**. FNPETI, 2021. Disponível em: https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/pnadC2019_interativo_final.pdf. Acesso em: 25/08/2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, Brasília (DF), ano 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

GONZALEZ, L. A questão negra no Brasil. **Cadernos Trabalhistas**: São Paulo: Global Editora, n. 2, p. 60-66, 1981.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro: Anpocs, p. 223-244, 1984.

GORENDER, J. **Escravidão colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

HARVEY, D. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação**. Socialist Register, 2004. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf Acesso em: 25 ago. 2021.

IAMAMOTO, M. V. A “questão social” no capitalismo. **Temporalis**: Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul.2001.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Brasília (DF): IBGE, 2019. (Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em Jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD: desemprego. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Acesso em: 26 maio 2021.

LARA, R.; MARANHÃO, C. Fundamentos do trabalho “questão social” e serviço social. In: SILVA, M. L. O. e; SOUZA, E. a. de (Orgs.). **Trabalho, Questão Social e Serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2019. p. 37-60.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, R. M.; SPELLER, P. Universidade brasileira. **Revista de Educación Superior**, México, n. 22, abr./jun.1977. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, 1994.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n111/a02.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2020

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 3, jan./jul. 2001.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: OSORIO, Jaime. *et.al* (orgs.) **Padrão de reprodução do capital**: Contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAIVA, B. et al. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Ser Social**, Brasília (DF), v. 12, n. 26, p.147-175, jan./jun. 2010.

PAIVA, B. A.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 166-175, jul./dez. 2006.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 109).

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. Campinas: PENSSAN, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: jun. 2021.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, C. L. S. de. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. **Revista Fim do Mundo**, Marília, n. 4, jan./abr.2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/issue/view/635>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SOUZA, C. L. S. de. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

YAZBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul.2001.

Cristiane Luiza Sabino de SOUZA Trabalhou na concepção e delineamento do artigo, análise e interpretação dos dados, bem como na sua redação e sua revisão crítica.

Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Coletivo Veias Abertas e do Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA/UFSC). Pesquisa temas como: América Latina, dependência e superexploração; questão racial e questão agrária. Autora do livro Racismo e luta de classes na América Latina (HUCITEC, 2020).

Heloísa TELES Trabalhou no levantamento e análise e interpretação de dados e na redação e sua revisão crítica.

Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Coletivo Veias Abertas e do Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA/UFSC). Pesquisa temas como: América Latina, questão social e Serviço Social; proteção Social e políticas Sociais.
